

**O FUZIL E A CRUZ:
PODER ARMADO E PODER DIVINO
NO COMPLEXO DO ALEMÃO (RJ)**

*THE RIFLE AND CROSS:
ARMED POWER AND DIVINE POWER
IN THE COMPLEXO DO ALEMÃO (RJ)*

Vinicius Esperança Lopes*

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar processos desencadeados na região conhecida como o Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, desde a operação militar, ocorrida em Novembro de 2010, de “retomada do território e poder estatal” na região, sua continuidade através da ocupação militar pelo Exército Brasileiro, e a implantação, em 2012, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A análise se inicia com a tentativa do Exército Brasileiro de se aproximar das redes religiosas locais a fim de construir um projeto religioso-secular que servisse de apoio ao processo de “pacificação”. A observação deste processo através do método etnográfico serve como janela de abertura para uma melhor compreensão de certas questões desencadeadas durante o período. A chave analítica é o conceito de Foucault (2008) sobre o pastoreio como forma de poder característica do ocidente, que inspirou o modo de governamentalidade ocidental. A proximidade e a aprovação das igrejas às UPPs e ao Exército Brasileiro podem estar no fato do modelo de gestão ser um modelo pastoral, cuja origem é o Cristianismo. Esta proximidade pode ser por identificação de modelos. A “pacificação” parece ser uma pastoralização cristã, como modelo de gestão de corpos, da segurança pública.

Palavras chave: Exército; Polícia; Segurança Pública; Religião; Cristianismo.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Professor na Universidade Cândido Mendes – UCAM, Rio de Janeiro; e-mail: viniciusesperanca@globlo.com

ABSTRACT: *The aim of this paper is to investigate certain cases generated in the region known as the Complexo do Alemão, set of slums located in the north of the city of Rio de Janeiro since the military operation, which occurred in November 2010, “retaking of territory and power state” in the region, its continuity through the military occupation by the Brazilian Army, and deployment, in 2012, the Pacifying Police Units (UPP). The analysis begins with the attempt by the Brazilian Army to approach local religious networks in order to build a religious-secular project that would serve to support the “peace” process. The observation of this process through the ethnographic method serves as a window opening to a better understanding of certain issues triggered during the period. The analytical key is the concept of Foucault (2008) on pastoral as a form of power characteristic of the West, which inspired the Western way of governmentality. The proximity to churches and approval of UPPs and the Brazilian Army can be in fact the management model to be a pastoral model, which is based on Christianity. This proximity can be for model identification. The “peace” seems to be a Christian pastoralization, as management bodies model, of public safety.*

Keywords: *Army, Police, Public Safety, Religion, Christianity.*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é investigar certos processos desencadeados na região conhecida como o Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizadas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, desde a operação militar, ocorrida em Novembro de 2010, de “retomada do território e poder estatal” na região, sua continuidade através da ocupação militar pelo Exército Brasileiro, e a implantação, no ano de 2012, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

O ponto de partida do trabalho é a análise da tentativa do Exército Brasileiro, enquanto ocupava o território, de se aproximar das redes religiosas locais a fim de construir um projeto religioso-secular que servisse de apoio ao processo de “pacificação” e melho-

rasse sua imagem junto à população local após uma série de tensões e elevado número de prisões por desacato. Trabalho com a hipótese de “fracasso” do projeto religioso, não como juízo de valor, mas porque ele foi se minguando e se esvaziando até o tão aguardado último evento religioso, com parca adesão e certo constrangimento por parte de seus organizadores. Assim, o “fracasso” do projeto se torna parte do desenvolvimento do tema, que permite a abertura de novas janelas e possibilidades no estudo das relações locais. Uma das questões da análise, além dos espaços de autoridade, é *o tipo de presença armada no território e a forma de ordenamento do espaço e do cotidiano*.

A participação nas reuniões entre religiosos e militares me ocasionou um convite para atuar como consultor do Exército para questões sociais. A observação deste processo através do método etnográfico serve como janela de abertura para uma melhor compreensão de certas questões desencadeadas durante o período de ocupação militar, como, por exemplo a extensão e o uso da força coercitiva.

O desafio de se tentar compreender as complexas relações entre a segurança pública, seja pelo Exército Brasileiro ou pela Polícia Militar, e a religião no Complexo do Alemão, é um convite a uma séria reflexão a respeito de nossos conceitos sobre laicidade e os limites e fronteiras entre a religião e o poder público. Num mesmo olhar ou recorte, além da disputa por espaço, prestígio e reconhecimento, torna-se muito difícil separar aquilo que é religioso, puramente político ou questão de ordem e segurança pública.

Utilizo como chave analítica o conceito de Foucault (2008) sobre o pastoreio como uma forma de poder característica do ocidente que inspirou a forma de governamentalidade ocidental, e penso que este conceito pode contribuir para a compreensão dos processos de “pacificação” iniciados no Complexo do Alemão. Para ele, a verdadeira história do pastorado, como uma forma específica de poder sobre os homens, como matriz de procedimentos de governo dos homens, nasce com o Cristianismo¹. A pastoral cristã estaria no pano

¹ “Primeiro, claro, vai haver, entre o poder pastoral da igreja e o poder político, uma série de interferências, de apoios, de intermediações, toda uma série de conflitos, evidentemente, (...), de modo que o entrecruzamento do poder pastoral e do poder político será efetivamente uma realidade”
114 | Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, nº2, p.112-154, jul./dez. 2013 ISSN: 2236-6725

de fundo do nascimento do Estado moderno, quando a governamentalidade se torna uma prática política calculada e refletida.

A proximidade e a aprovação das igrejas às UPPs e ao Exército Brasileiro, por sua vez, podem estar no fato de que a modelo de gestão é um modelo pastoral, cuja origem é o Cristianismo. Esta proximidade pode ser uma proximidade por identificação de modelos. A “pacificação” parece ser uma pastoralização cristã, como modelo de gestão de corpos, da segurança pública. Seu projeto se harmoniza com o projeto cristão local.

2 O CAMPO

O Complexo do Alemão é um conjunto de quinze favelas² (Itararé, Joaquim de Queiróz, Mourão Filho, Nova Brasília, Morro das Palmeiras, Parque Alvorada, Relicário, Rua 1 pela Ademas, Vila Matinha, Morro do Piancó, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Estrada do Itararé, Morro do Alemão e Armando Sodré), situadas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e considerada, desde a década de 1980, uma das regiões mais perigosas e violentas da cidade. Sem desconsiderar o quanto a região é marcada pela violência, o que se faz notório na memória de seus moradores, não se pode perder de vista que parte desta violência é uma construção midiática que se intensificou consideravelmente após o assassinato do jornalista de Tim Lopes e parte um discurso de Estado para justificar as incursões da polícia e, por fim, da Força de Segurança Nacional.

O Complexo se situa numa área de cerca de 1.770.631 m² e aproximadamente 60.583 moradores em 18.442 domicílios.³ A mais conhecida das favelas é o Morro do Alemão, que se trata de um bairro oficial, erguido sobre a Serra da Misericórdia. O nome da comunidade se refere ao imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz, que, na década de 1920, comprou estas terras que, antes, eram uma área rural da Zona da Leopoldina. A região se valoriza a partir da cons-
histórica no Ocidente” (p.204)

² Discute-se muito esta divisão em quinze favelas. Decidi adotar a divisão utilizada pela UPP Social em seu sítio eletrônico: <http://uppsocial.org>.

³ Dados do Censo 2010.

trução da Avenida Brasil, na década de 1940, quando a área em torno da imensa avenida se transformou no principal polo industrial do então Distrito Federal⁴. A ocupação, entretanto, começa na década de 1950, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes.

Alguns eventos ocorridos no local foram noticiados em todo o país e contribuíram para fortalecer a representação social de violência do Complexo. Em 1994, o assassinato de Orlando Jogador, um dos fundadores da facção criminosa Comando Vermelho⁵, pelo seu rival Uê, líder da facção Terceiro Comando, à época preso no Presídio de Bangu.

Em 2002, meses após ter recebido o prêmio Esso de jornalismo por uma reportagem que denunciava o tráfico de drogas a céu aberto na região, o jornalista Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, foi pego na tentativa de realização de uma reportagem que denunciaria a venda de drogas e a exploração sexual de menores de idade em bailes funk da região⁶, “julgado”, torturado e assassinado por ordem do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, um dos líderes do Comando Vermelho. A fim de ocultar o cadáver, foi usado aquilo que recebeu o apelido de “microondas”, quando o corpo é esquartejado e queimado. Seu corpo, entretanto, foi identificado por DNA e os supostos responsáveis foram presos após forte repercussão midiática e da opinião pública.

Em dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visitou a região, área de atuação do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, e lançou o projeto “Territórios de Paz”.

A região voltou a ser centro dos noticiários nacionais e internacionais em novembro de 2010, quando, no dia 25, o BOPE, o CORE⁷ e o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, em verdadeira operação de guerra, com cerca de 500 homens, “retomou”⁸ o controle da Vila Cruzeiro, então sob controle do Comando

⁴ A decadência, com o consequente fechamento da maioria das fábricas, deste polo é apontada como uma das razões do empobrecimento da região.

⁵ Sobre as origens desta organização criminosa, ver a obra de Carlos Amorim (Amorim, 1993).

⁶ Esta foi a informação dada pela Rede Globo, emissora a qual Tim Lopes prestava serviços.

⁷ Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

⁸ Termo usado em situações de conflito bélico e estratégias de guerra pelas Forças Armadas e **116** | Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, nº2, p.112-154, jul./dez. 2013 ISSN: 2236-6725

Vermelho. Os narcotraficantes fugiram, então, para o Complexo do Alemão, e pressionados à rendição por outra operação nesta localidade, a partir do dia 27 de Novembro. Desta vez, devido a maior complexidade e tamanho da região, o BOPE teve auxílio de um maior número de instituições, que compunham a chamada Força de Segurança Nacional⁹, que em menos de duas horas ocupou o Complexo, prendendo cerca de trinta traficantes e apreendendo armas e drogas. Desde então, a região foi ocupada pelo Exército Brasileiro, que permaneceu no território até junho de 2012, quando foram instaladas as seguintes Unidades de Polícia Pacificadora: UPP Fazendinha, UPP Nova Brasília, UPP Alemão e UPP Adeus/Baiana.

3 A PESQUISA DE CAMPO OU “UM ANTROPÓLOGO A SERVIÇO DO EXÉRCITO?”

Meu interesse sobre os processos que se desencadearam desde a operação de novembro de 2010 surgiu quando soube por amigos militares que o Exército Brasileiro tentava mobilizar líderes religiosos locais e realizava reuniões com a finalidade de mobilizá-los e integrá-los como apoio ao processo de “pacificação” e forma de se aproximar dos moradores.

Várias instituições poderiam ter sido escolhidas a fim de viabilizar este estudo. Por exemplo, o comércio¹⁰, a família, o Exército Brasileiro em si, as Associações de Moradores e ONG’s que prestam serviços sociais a estas favelas, entre outras. Acredito, todavia, que a religião, como ponto de partida, é um canal de acesso privilegiado

largamente usado pelas autoridades à época do conflito. Por exemplo, palavras do Governador do Estado Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, em entrevista ao Jornal Nacional, que foi ao ar em 26 de Novembro de 2010: “*Eu posso garantir à população que nós estamos atentos, que é um ato de desespero, de desarticulação desses criminosos que estão perdendo território e que estão vendo o enfraquecimento não só territorial, mas de seus negócios ilícitos. Nós vamos continuar com a mesma política de retomada de territórios.*”

⁹ Além das já citadas instituições, era também composto por policiais federais, o Batalhão de Polícia Florestal e o exército, através da Brigada Paraquedista.

¹⁰ Houve um aquecimento do comércio na região, inclusive com a inauguração de novos estabelecimentos. Fontes nos informaram, entretanto, que um banco instalado na região precisa contribuir mensalmente, de forma extraoficial com lideranças ligadas ao tráfico. Outras fontes informaram que certos estabelecimentos, todavia, que tinham como clientes o tráfico, foram prejudicados.

para se compreender o processo de “pacificação” iniciado nestes territórios. A principal razão desta escolha foi a decisão do Exército em privilegiar, inicialmente, a liderança religiosa comunitária na aproximação e na escuta das demandas sociais da favela. Esta escolha foi motivada em grande parte pela desconfiança para com as lideranças não-religiosas que, segundo escutei em diversos relatos, teria ou algum tipo de ligação com o tráfico ou alguma escusa intenção de lucro político. As lideranças não-religiosas que foram “aceitas” passaram pela mediação e crivo dos religiosos.

Entendo, assim, que a religião atua, como bem frisou Geertz (2000), como portadora de “Sentido”, definidora de “Identidades” ou “Poder”. Muito mais do que mera devoção individual, intimista e subjetiva, considero aqueles que entrevistei como atores sociais que se afirmam em termos religiosos. Também não me limitei à religião expressa e organizada institucionalmente, mas também aqueles processos sociais e sistemas de representações que se afirmam ritualisticamente. Concordo com Durkheim (1989, p. 38) em que a religião é coisa eminentemente social e que os ritos e os processos rituais servem para manter, suscitar ou fazer ressurgir certos estados mentais do coletivo.

A religião, no escopo deste trabalho, não é um fim em si mesmo, mas uma janela que se abre para outros processos sociais. Assim, por exemplo, a fonte religiosa pode exercer contribuição na compreensão de conflitos entre o Exército e certos grupos locais e na forma como é construída a relação entre o indivíduo uniformizado, armado, que representa uma instituição que necessita do uso e da demonstração da força a fim de cumprir seus objetivos, e o morador, civil, que vê sua rua agora ocupada por este desconhecido. Assim, concordo com a análise de Machado (2011) quando afirma que “Pacificar territórios e comunidades, no entanto, é sociologicamente uma ideia marcada e com referências comparativas importantes para a análise antropológica da “pacificação” em andamento no RJ, muitas delas fruto de uma intrínseca relação entre política, moral e religião”.

A pesquisa de campo se iniciou em outubro de 2011. Devo minha entrada no campo, que se deu forma relativamente fácil, ao

Capelão do Exército Brasileiro, Tenente Vinicius Rodrigues Gonçalves, amigo de longa data, e que atuava na capelania da Força de Pacificação. Através de uma carta de apresentação¹¹ fui aceito pelo Exército Brasileiro como pesquisador, tendo livre acesso a uma das bases da Força de Pacificação (Fpac), localizada no bairro de Inhaúma, e às operações de incursão dentro do Complexo do Alemão. Assinei um documento que me autorizava a circular no veículo do Exército que fazia incursões por dentro do Complexo. A assinatura se deu de forma demorada, já que foi submetida ao setor jurídico da Fpac. No documento, eu me responsabilizava por qualquer dano sofrido a minha integridade física e declarava arcar com todas as despesas médica que fossem necessárias, isentando o Exército de qualquer responsabilidade. Entretanto, decidi que circular em um veículo do Exército durante operações, mais que oferecer perigo, poderia prejudicar ou confundir meu papel de pesquisador junto à população.

Estabeleci contato com moradores, lideranças religiosas cristãs e não-cristãs, integrantes de organizações não-governamentais que atuam na região, autoridades militares, soldados, capelães do Exército e outros moradores não ligados a estas instituições. As fontes, em sua maior parte, permanecerão anônimas por motivos de segurança e por parte delas estarem vinculadas a instituições cujas posições oficiais e “extraoficiais” nem sempre se coadunam com as opiniões profissionais e pessoais destes atores quanto a diversas situações, especialmente as de conflito. Assim, fica evidente que além dos seus posicionamentos institucionais estes atores jamais se furtaram de refletir além da questão e expor, nas entrevistas e conversas informais, informações e retratos que não passavam pelas vias da instituição.

Num certo dia em que fazia campo fui informado por um oficial que o General Rêgo Barros sabia da minha presença na base e gostaria de me ver. Trazendo toda carga de preconceito que tinha contra estes oficiais de alto escalão pensei: “Pronto. Vou ser ex-

¹¹ Emitida à época pelo Professor Dr. Hélio Silva, como coordenador do curso de ciências sociais do IUPERJ/UCAM. A proposta inicial era que o trabalho de campo fosse para realização de um trabalho final de disciplina, mas acabou por tornar-se tema da monografia e projeto para a dissertação do mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof.ª. Dra. Carly Machado.

pulso”. Temeroso, fui conduzido, acompanhado do capelão Vinicius, até o gabinete do General, que me recebeu com simpatia e conduziu uma conversa que durou cerca de uma hora.

Em reunião realizada dias depois, em 19 de dezembro de 2011, foi-me solicitado, como pesquisador¹², e alguém ligado à instituição universitária, sem vinculação política com qualquer ONG, partido político ou associação de moradores da região¹³, ser um dos interlocutores entre as demandas sociais da favela e a ação social do Exército Brasileiro como legado a ser deixado após a retirada de suas tropas e a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora¹⁴. Eu seria o braço civil e o capelão Vinicius o braço religioso-militar. Produzi dois documentos que foram entregues ao General Rêgo Barros, responsável pela Força à época, e que circularam entre outros oficiais.

O primeiro foi um artigo intitulado “Favela, Exército e Religião”, que trazia as primeiras impressões e análises das primeiras semanas de campo. O segundo, este verdadeiramente encomendado num prazo de uma semana, “As demandas sociais do Complexo do alemão”. Neste momento, estive como consultor para questões sociais da Fpac. A justificativa dada pelo General para o pedido, além da desconfiança em relação aos outros atores, foi a vontade de seu comando em se envolver mais profundamente nas dificuldades e necessidades dos moradores dos dois complexos e a oportunidade ímpar que a instituição tinha de participar num processo humanitário importante dentro do território nacional. Sua experiência no Haiti, ainda como Coronel, segundo ele, fora determinante para sensibilizar seu olhar para estas populações “carentes”.

O serviço não envolveu nenhum tipo de envolvimento financeiro ou apoio institucional para qualquer projeto pessoal. Resolvi aceitar o convite para atuar como antropólogo *free lancer* e produzi

¹² Para este propósito foi muito útil a análise de Leirner (Leirner, 1997) sobre esta complexa relação da instituição Exército Brasileiro com o pesquisador civil e com os civis em geral.

¹³ A relação do Exército Brasileiro com as Associações de Moradores é tensa, tema que pretendo desenvolver no trabalho. Entretanto, como observou Alvito em seu clássico “*As Cores de Acari*” (Alvito, 2001, p.135), os líderes comunitários também são, no Alemão, a principal ponte entre os moradores e os políticos.

¹⁴ Não se pode perder de vista a questão abordada por Valladares (Valladares, 2005, p.55) sobre o conhecimento como instrumento para melhor administração e controle da favela e seus habitantes.

os documentos. Na gênese do documento sobre as demandas sociais, vi-me como indivíduo profundamente inadequado para a realização de tal tarefa. Afinal, embora tenha tido experiência no passado com assistência religiosa e social em favela, nunca fui morador da região. O que me tornaria mais legítimo e autorizado para falar das demandas sociais daquela região do que os moradores, os líderes religiosos e/ou comunitários e as dúzias de ONG's que desenvolviam trabalhos importantes no território? A resposta, por mais estranha que pareça é esta: o pedido do General.

Após esta conversa com o General, fui abordado por um Major, responsável pelas operações psicológicas. Esta conversa durou ainda mais que a que tive com o General. O oficial me descreveu pormenorizadamente seu trabalho e propôs que eu participasse, de alguma forma, do treinamento daqueles soldados que estariam em contato com as populações locais. Ele me via como um grande “aliado” daquele processo de “pacificação” e acreditava que o conhecimento mais profundo da cultura local ajudaria no trato e na integração dos militares com as pessoas, evitando muitos conflitos. Como observou De l’Estolie (2002, p.67), “Mais geralmente, a administração dos territórios conquistados implica um trabalho de racionalização, entendida como um esforço de ordenação do mundo colonizado. Os discursos eruditos da antropologia, nas suas várias versões, fornecem instrumentos a esse esforço ao propor critérios para identificação das populações e oferecer quadros de interpretação que permitem conferir alguma inteligibilidade a comportamentos percebidos como desconcertantes. Essa aspiração é frequentemente reivindicada; de fato, a administração justifica a necessidade de produzir conhecimentos sobre as regiões e as populações que pretende controlar, primeiramente, em termos da sua utilidade prática.”

O Major me via como aquele que faria este tipo de trabalho, aquele que traria o conhecimento necessário para o sentimento tranquilizador de domínio “justo” e “humanitário” sobre uma realidade complexa e uma população “carente” e pobre. Este conhecimento produzido traria também o direito moral da dominação (De l’Estolie, 2002). O convite, entretanto, não resistiu à mudança de tropa, poucas

semanas depois.

Duas questões principais marcaram a produção do documento. A primeira foi o reconhecimento realista de que não se podia esperar que o Exército resolvesse questões estruturais minimamente complexas que são fruto de décadas de descaso do poder público com a região. Então, o documento procurou sugerir ações pontuais e possíveis de serem executadas sem grande movimentação de infraestrutura ou verbas extras- que provavelmente não viriam. Segundo, o que considero mais importante, foi a sugestão de um novo tratamento àquela que considero a principal tensão no relacionamento do soldado com o morador: o desacato.

Segue o teor do segundo documento:

“O objetivo deste documento é, pontuar, de acordo com reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2011, as principais demandas e necessidades sociais do Complexo do Alemão. Esta reunião, contou com a presença dos seguintes oficiais: General Rêgo Barros, Tenente-Coronel Ferreira, 1o. Tenente-Capitão Vinicius. Foi-me solicitado, como pesquisador, e alguém ligado à instituição universitária, sem vinculação política com qualquer ONG ou Associação de Moradores da região, ser um dos interlocutores entre as demandas sociais da comunidade e a ação social do Exército Brasileiro como legado a ser deixado após a retirada de suas tropas e a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora.

A pesquisa de campo efetuou a escuta crítica de diversos atores sociais como moradores, ONG's, Associações de Moradores, líderes políticos e religiosos. O material publicado pelo PAC nos Fóruns Comunitários de Desenvolvimento Sustentável também serviu de base e orientação para as demandas.

Salta, imediatamente, aos olhos do pesquisador, a carência de investimentos que promovam mudanças estruturais na região e que atuem diretamente promovendo uma melhoria na qualidade de vida do morador nas áreas da saúde, da educação, da empregabilidade e da segurança. Reconhecemos que, após décadas de descaso do poder público, não se pode esperar do Exército Brasileiro, como instituição, a solução destas profundas demandas, que não são do seu escopo, nem natureza. Entretanto, transversalmente a estas grandes áreas, há necessidades urgentes nas quais o Exército Brasileiro pode deixar um legado permanente após a retirada das Forças de Pacificação. Pensamos ser louvável a atitude da instituição, na figura do General Rêgo Barros, de buscar a escuta destas de-

mandas e se mostrar sensível e socialmente comprometido, muito além das suas obrigações como gestor da segurança na região.

Entendemos haver um tripé onde uma possível atuação do Exército seria socialmente relevante, melhoraria a relação deste com a comunidade e marcaria historicamente a ocupação da região, tanto pelo lado da instituição Exército Brasileiro, quanto do conjunto de comunidades do Complexo do Alemão.

Primeiro, o estabelecimento de uma política de segurança que dialogue com a comunidade. Podemos enumerar alguns fatos sociais que prejudicam ou simplesmente agem como elementos alarmantes quanto ao futuro da política de segurança na comunidade:

A. A experiência das UPP's já se consolidou o suficiente para que se possa apontar suas limitações e seus equívocos como política de segurança;

B. A imensidão de área do Complexo do Alemão é um elemento a ser considerado se comparado ao possível efetivo de policiais que serão designados para a região;

C. A reclamação comum das comunidades é que não há realmente uma política de segurança na experiência das UPP's, mas o *modus operandi* é moldado pelo tipo de liderança que é exercida na unidade naquele período;

D. A execução dos fóruns comunitários precisa ser aperfeiçoada de forma que produza uma real e efetiva política de segurança que escute a comunidade e a torne co-gestora da segurança.

Logo, devido à complexidade do território e à experiência acumulada das UPP's faz-se necessário um aperfeiçoamento da ação para que ela não resulte num fracasso político e social.

Portanto, sugerimos:

- I. A realização de fóruns sociais comunitários com a presença de diferentes setores da sociedade civil com o objetivo de formular uma política de segurança diferenciada para a região. Esse fórum seria conduzido por uma mesa com um representante de cada setor envolvido: Exército, Universidade, Polícia Militar, Poder Público, Comércio, Líder religioso protestante, Líder religioso católico e uma liderança comunitária de reconhecida idoneidade. Seu moto seria: "A política de segurança que nós queremos". O objetivo desta iniciativa seria produzir um documento de política de segurança, assinado por todos, e que servisse de parâmetro para a atuação da UPP e exemplo para futuras ações semelhantes, e que, também, "empoderasse" os moradores, através de suas

- lideranças, como gestores da paz;
- II. Realização de cursos de treinamento para “gestores da paz”, com ênfase em mediação de conflitos, Cultura de paz, direitos humanos, gestão e captação de recursos para projetos sociais etc.

Segundo, atuação em demandas urgentes, que são consequência de obras mal executadas ou mal acabadas pelo PAC.

O PAC iniciado na região está longe de concluir suas obras e promover o desenvolvimento sustentável local, conforme acordado em seus Fóruns Regionais de Desenvolvimento Sustentável. A reclamação constante dos moradores é sobre a demora e a não escuta da comunidade naquilo que seria realmente prioridade. O Teleférico e algumas obras nas ruas principais não atenderam a comunidade em sua maioria e são alvo de muitas críticas, além de terem abandonado muitos escombros, sujeira, casas a demolir e outros dejetos que têm proliferado a presença de ratos e mosquitos, assim como têm causado acidentes. A Avenida Central e a Rua Nova, em Ramos, são exemplos evidentes do descaso nesta questão. Chegado o verão, anuncia-se uma possível e trágica epidemia de dengue e outras doenças relacionadas à presença de lixo e ratos.

Reconhecendo que não se pode esperar nem cobrar do Exército Brasileiro a solução da demanda PAC acreditamos que a instituição pode, ainda assim, atuar beneficentemente em relação à comunidade em algumas demandas urgentes. Portanto, sugerimos:

- I. Uma campanha do Exército contra a dengue, em parceria com entidades comunitárias, através de ações de conscientização, mas principalmente na remoção de dejetos, lixo, escombros e imóveis a serem demolidos que se espalham pela comunidade. Esta ação aproximaria a instituição da comunidade e evitaria uma tragédia na área da saúde pública;
- II. Ações pontuais na melhoria de acessos, calçamentos danificados ou inexistentes, buracos, danos causados pela chuva.

Terceiro, uma aproximação mais humanitária com o morador, que priorizasse o diálogo e o evitamento de conflitos que não fossem estritamente necessários.

Alguns fatos apontam a complexidade da relação entre o Exército, especialmente na figura do soldado, e o morador. Reconhecemos que certos confrontos não podem ser evitados e são elemento integrante da atuação de pacificação junto a uma área que

por muitos anos foi dominada pelo crime organizado, mas certas evidências mostram que a relação da instituição com a comunidade pode acontecer com mais clareza de princípios, diálogo e sensibilidade cultural. O ensaio deste autor, intitulado “Favela, Exército e Religião”, reflete introdutoriamente sobre a questão.

A relação do Exército com os moradores é tensa e tem produzido contínuos conflitos, ocasionados por falta de habilidade diplomática de ambos os lados. O distanciamento da instituição para com a comunidade tem sido melhorado pela aproximação do Exército, através de sua equipe de capelania, com os líderes religiosos cristãos da comunidade e pode melhorar profundamente a partir da atual iniciativa de escuta e auxílio nas principais demandas sociais da comunidade. O lado mais sombrio dessa relação está no grande número de prisões por desacato e seu tratamento através do Código Penal Militar. Um dado importante é o aumento em mais de 40% das prisões no período de pacificação em comparação à época em que a região era dominada por narcotraficantes armados¹⁵.

Entendemos que as duas iniciativas anteriores já seriam um grande passo rumo a uma relação mais solidária e humanitária, mas algumas iniciativas podem ser tomadas pelo Exército. Sugerimos:

- I. A publicização, através de palestras com lideranças comunitárias, folhetos e meios de comunicação daquilo que é permitido e proibido, especialmente o que é passível de repressão ou não, na área de atuação do Exército junto à comunidade. A definição pública das regras do jogo, deixando claros os limites de ambos os atores sociais envolvidos, o militar e o morador, é um elemento reclamado e que pode evitar conflitos;
- II. Treinamento mais específico do militar que atua próximo ao público, especialmente na área de mediação de conflitos e no conhecimento da cultura local. Uma queixa constante é a de que a mudança de tropa influencia muito na relação da instituição com a comunidade. Algumas foram muito elogiadas pelo respeito, cordialidade e educação, por exemplo as do sul do país e as de Minas Gerais; outras criticadas por sua agressividade, especialmente a carioca e a paulista;
- III. Abertura de canais de diálogo com a comunidade. Encontros mensais em audiências públicas que dessem voz às demandas comunitárias, assim como locais perma-

¹⁵ A ONG Justiça Global informa que houve de janeiro a julho de 2010, antes da ocupação, registro de 333 prisões no Complexo. No mesmo período do ano de 2011, porém, já durante a ocupação, 499 prisões. O motivo seria o elevado número de prisões por desacato e a ilegalidade em prender e julgar moradores com base no Código Penal Militar.

- entes de atendimento ao público, em bases localizadas junto à comunidade, onde o morador pudesse receber informações e outros serviços como retirada de documentos, remoção hospitalar, aplicação de flúor, telecurtos, corte de cabelo, orientações quanto ao alistamento e a carreira militar etc;
- IV. Criação de uma ouvidoria que recebesse denúncias de possíveis desvios de conduta por parte dos militares;
 - V. Formação de uma comissão mista composta por representantes do Exército, do direito civil e de entidades ligadas aos direitos humanos que estudasse cada um dos processos abertos por crime de desacato a fim de promover uma anistia ampla aos criminalizados, antes da implantação da UPP;
 - VI. Incentivo, pelo Exército Brasileiro, ao desenvolvimento local através de parceria com o Fórum de Desenvolvimento Local, bem como no apoio a iniciativas locais de reconhecida idoneidade e eficácia.

Sem mais considerações.

Respeitosamente.

Vinicius Esperança”

4 AS REUNIÕES RELIGIOSAS

Esta sugerida conexão entre o Exército Brasileiro e os religiosos no processo de “pacificação” do Complexo do Alemão começou cedo. Uma das primeiras bases operacionais do Exército, antes de se estabelecer em Inhaúma e na Penha, foi numa igreja protestante, o CIOM-Centro Internacional de Adoração e Missões, um braço da Primeira Igreja Batista de Inhaúma, situada na antiga fábrica de refrigerantes, e com uma vasta área. A presença dos soldados e seu comportamento, como fumar e flertar com as mulheres da igreja, levou a direção desta a pedir sua retirada.

Estive num culto dominical desta igreja, onde conheci um importante protagonista desta etnografia, a quem chamarei Mateus. Ele tem cerca de 45 anos, liderança religiosa desta igreja, assessor de

dois políticos ligados a igrejas locais e bem articulado nas redes religiosas de assistência social entre os moradores do região. Ele não faz parte do corpo de pastores, mas destaca-se como uma de suas principais lideranças. É chamado de pastor por algumas pessoas, mas não tenho certeza se o título se deve a uma ordenação religiosa local ou a sua ação político-pastoral através de diversas redes religiosas locais. Não o vi recusar a designação, mas também não o vi se apresentar como pastor.

Sempre de terno, cheio de anéis, simpático, articulado, falante, a distribuir seu cartão de apresentação e a participar com veemência dos processos políticos locais. Nele se encontra o político, o religioso, o assistente social e o envolvimento nos processos de transformações sociais locais iniciados pelo Estado após o PAC e a invasão/ocupação do Complexo em novembro de 2010. Sua impetuosidade provocou ricos momentos de análise nas reuniões que passo a descrever.

O Exército não tardou a perceber a importância que a religião poderia ocupar na mediação das tensas relações entre soldados e moradores e começou a promover reuniões com a liderança religiosa local. Acompanhei um dos capelães nas visitas às igrejas protestantes e católicas, que tinham por objetivo convidar os pastores e padres a participar da reunião, além de “conscientizá-los” da importância desta e de suas presenças como lideranças locais.

Estas reuniões começaram em agosto de 2011, em princípio, separadas entre católicos e protestantes¹⁶, mas, logo, passaram a ser em conjunto. Nelas, capelães do Exército, pastores, padres e outras lideranças religiosas discutiam temas locais e apresentavam demandas dos moradores e suas próprias demandas. Com uma frequência média de vinte pessoas, constituída de padres e pastores quase sempre em igual número¹⁷, conduzida pelo Padre Lindenberg, consistia

¹⁶ Começarei utilizando o termo genérico “Protestante”, mais fácil e preciso historicamente, mas a alcunha “Evangélico” funciona melhor como autodefinição e na forma como a comunidade e as outras religiões os enxergam. Assim, um pastor da Assembleia de Deus e outro da Igreja Batista se veem como pertencentes ao mesmo grupo maior de “evangélicos”, que os distinguem dos católicos, mas quando olham para dentro do grande grupo de “evangélicos”, não se consideram iguais, o que vem a gerar vários outros subgrupos, os quais não pretendo analisar no momento.

¹⁷ A liderança feminina costumava ser representada por uma missionária protestante, somente. Pen-127| Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, nº2, p.112-154, jul./dez. 2013 ISSN: 2236-6725

basicamente em uma reunião devocional, com orações, cânticos, mensagem e momento de abertura para demandas e discussões, onde todos podiam se pronunciar livremente. O Padre sempre enfatizava a importância dos presentes para o sucesso da missão e que a obra que faziam, inclusive a ocupação, era obra de Deus.

Alguns presentes contaram que a ocupação era resposta de oração de suas igrejas e, no geral, mostravam-se bastante satisfeitos com o rumo que a comunidade¹⁸ vem tomando, apesar de todos reconhecerem que há muito a ser realizado e melhorado. As reuniões costumavam ser amistosas e relativamente informais, apesar da presença dos militares fardados e do fato de ocorrer dentro da base das forças de ocupação, num local chamado “rancho”, que funcionava como refeitório.

O projeto do Exército, liderado pela sua Capelania, se desenvolveria no seguinte tripé:

1. Encontros semanais com a liderança religiosa cristã;
2. Eventos gospel, com músicos conhecidos;
3. Desenvolvimento de um curso de preparação para a liderança local com o intuito de preparar “líderes da paz”

Entre os temas do curso, que seria gratuito, destaco: Cultura de paz, direitos humanos, mediação de conflitos, gestão e captação de recursos para projetos sociais, fé bíblica e ética social. A duração seria de seis meses, de janeiro a junho de 2012, época programada para a retirada das Forças de Pacificação e implantação da UPP. Os formados integrariam os “comitês de pacificação”, que funcionariam um no Alemão e outro na Penha, e os “núcleos de paz” de

so que um recorte analítico através do gênero enriquece consideravelmente a reflexão sobre diferentes projetos de segurança pública que parecem conviver de forma tensa atualmente na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, escrevi um artigo chamado “UPP é coisa de veadinho: a feminilização da segurança pública no Rio de Janeiro”. Não entrará, contudo, no corpo desta monografia porque penso que este fugiria do objetivo, mais específico, de analisar as relações entre religião e segurança pública.

¹⁸ Reconheço as implicações do conceito de “comunidade”, mas o utilizarei sempre que este aparecer no discurso dos moradores e agentes do Estado. Quando a análise for minha, utilizarei “favela”, “localidade” ou “território”, dependendo de cada contexto.

cada uma das principais favelas do Complexo e da Penha. O curso, entretanto, não aconteceu, o que provocou grande insatisfação por parte de muitos líderes, que já o haviam anunciado em suas igrejas.

O grande ponto de interrogação dos participantes destas reuniões era o seguinte: até que ponto estes comitês serão realmente “empoderados” e não reprimidos ou pelo poder das UPP’s ou pelo tráfico? Algumas notícias a respeito das UPP’s já traziam certa ansiedade aos moradores da região. Muitos pastores e outras lideranças religiosas locais buscaram não se envolver em nada neste processo já que o medo de represálias do tráfico era um fantasma sempre presente. Um pastor, que participou das reuniões, conta que recebeu, vez ou outra, pessoas ligadas ao tráfico nos cultos da sua igreja para, segundo ele, sondar e colher algum tipo de informação privilegiada sobre as reuniões realizadas entre religiosos e o Exército.

Os grandes eventos religiosos consistiam em mobilização de ação social conduzida pelo Exército, algumas vezes em parceria com outras instituições, outras não, e cultos religiosos dirigidos pelos religiosos locais, que se faziam presentes nas reuniões. O planejamento era feito em conjunto, mas quase sempre conduzido com mão forte pelo Capelão de maior patente presente. Os eventos, entretanto, nunca saíam conforme planejado, sempre por falha de execução de alguma etapa cuja responsabilidade era do Exército, e as reuniões pós-eventos eram tensas e cheias de reclamações, que logo se transformaram em explícitas cobranças, por parte dos religiosos. Uma das reclamações que merece ser destacada era quanto à desproporcionalidade da segurança durante os eventos. Os eventos/cultos aconteciam debaixo de fortíssimo efetivo de soldados armados. No último evento, havia pelo menos cinco vezes mais soldados que religiosos presentes, além de blindados e tanques. Segundo os religiosos, isto acabava por assustar as pessoas e afastá-las.

Entretanto, no mês de dezembro de 2011, o relativo fracasso dos eventos culminou numa tensa reunião, na qual se fez presente o General Rêgo Barros. As principais reclamações estavam no não cumprimento da divulgação dos eventos, a não realização do curso prometido, a falta de comunicação e a forma pouco participativa

com que os eventos religiosos eram propostos. Por fim, a troca de comando levou a um recomeço das reuniões, o que provocou mais reclamações, desta vez sobre a falta de continuidade. Mateus já havia se tornado, neste momento, o principal crítico da atuação da capelania. Suas críticas abertas e públicas durante as reuniões provocaram muitos desconfortos e tensões e podem ter sido umas das causas da saída do Padre Lindenberg. Em uma destas reuniões, um coronel ameaçou prendê-lo por desacato. Assim, o “fracasso” do projeto religioso se torna parte do desenvolvimento do tema, que permite a abertura de novas janelas e possibilidades no estudo das relações locais.

Trabalho com a hipótese de fracasso do projeto religioso, não como juízo de valor, mas porque ele foi se mingando e se esvaziando até o tão aguardado último evento religioso, com parca adesão e certo constrangimento por parte de seus organizadores. Os motivos para este progressivo fracasso são diversos e penso que cada um contribuiu de alguma forma: a difícil possibilidade prática de um ecumenismo, principalmente se promovida por agentes do Estado; a questionada liderança do Padre Lindenberg e sua pouco transparente saída; as dificuldades organizacionais para a realização dos eventos; a não realização do curso prometido; a dificuldade de continuidade das ideias anteriormente planejadas, após as trocas trimestrais de comando; o desinteresse das principais lideranças religiosas da região pelo projeto, restando ao Exército trabalhar, na maior parte, com lideranças pouco significativas; por fim, a protestantização do projeto, que levou ao progressivo afastamento das lideranças católicas, leigas ou sacerdotais.

Concordo, assim, com Rose & Miller (1992) quando afirmam que nós não vivemos num mundo governado tanto quanto num mundo atravessado pela “vontade de governar”, alimentado pelo constante registro do “fracasso”, a discrepância entre a ambição e o resultado, e a injunção constantes de fazer melhor na próxima vez.

Nesta reunião com os líderes religiosos, no dia 21 de dezembro de 2011, a tensão entre os oficiais capelães e os religiosos torna-se explícita. O Padre Lindenberg atrasou-se mais de uma hora e

disse que seu atraso foi uma ação espiritual do maligno. Continuou a desenvolver a questão e interpretar os empecilhos e dificuldades que o projeto religioso estava enfrentando como ações do mal.

“Quanto mais eu rezo, mais assombração aparece”, disse o Padre.

Um pastor da Igreja de Nova Vida retruca: “Padre, esse negócio de assombração não está na Bíblia, não”

O Padre responde, levemente irritado: “Isso é ditado popular. Nem tudo está na Bíblia”.

Logo, apresenta um personagem novo no cenário, o representante do Banco do Brasil, Gerente Geral da Agência Morro do Adeus, também pastor evangélico, Gerente Pastor Alberto.

Mateus, em alto tom, critica a forma como a questão estava sendo conduzida e cobra abertamente a necessidade de uma maior organização do padre. Sua forma de se colocar, embora respeitosa, parecia sempre estar um tom acima do tolerado pela polidez que se esperava com que os civis tratassem os militares.

O padre, por sua vez, fica visivelmente constrangido. Não era a primeira vez que recebia este tipo de crítica. Sua resposta à cobrança é atribuir, mais uma vez, as dificuldades a questões espirituais que intervinham nas ações planejadas.

O fracasso do curso já pairava no ar, embora ainda não assumida pelos militares, o que promovia uma tensão ainda maior. Subitamente, chega à reunião, “providencialmente”, o General Rêgo Barros¹⁹, acompanhado de mais três oficiais. A reunião continua tensa e as reclamações continuam. Mateus repete ao General suas críticas ao direcionamento do projeto religioso, que o escuta atentamente.

O Padre conclui a reunião, apelando para a fé em Jesus Cristo. O General assume a direção e fala por cerca de 20 minutos. Num tom educado, parece procurar baixar o alto tom das conversações e apaziguar os ânimos. Na sua fala destaca algumas questões:

Primeiro, a crítica aos líderes comunitários não religiosos: “Deixei de crer em interlocução com líderes comunitários”. Reforça a crítica às associações de moradores que, segundo ele, estariam

¹⁹ Numa de nossas conversas, o General se declarou católico praticante e ver com muito bons olhos o projeto religioso da Capelania.

comprometidas ou partidariamente ou com o tráfico de drogas. Reconhece a importância dos líderes religiosos como os “únicos que poderiam realmente ajudar a comunidade e o processo de pacificação, este novo tempo de democracia e liberdade na vida daquele povo”. Quanto à questão da segurança afirma que “chegamos ao limite de segurança”, “a sensação de segurança deve estar acima da segurança” e que “quem tem que fazer a segurança é a comunidade”.

Mateus volta a criticar o padre. O General faz um discurso apaziguador. A reunião se encerra com a fala de um pastor agradecendo a Deus pelas forças de pacificação.

A partir de então, o General assume o projeto religioso do Exército até a troca de comando, que ocorreria poucas semanas depois. O Padre Lindenberg não é mais visto nas reuniões. Entra de férias²⁰ e quem logo assume a liderança e também a função do Padre é um Pastor Batista, Coronel Xavier, que conduz o projeto religioso até a retirada definitiva das tropas.

No dia 29 de dezembro de 2011, entreguei ao Exército Brasileiro, na pessoa do General, um ensaio chamado “Favela, Exército e Religião”, um esboço introdutório da dissertação que está sendo produzida e o documento “Demandas Sociais do Complexo do Alemão”. O documento foi amplamente discutido numa reunião com o General e serviu de base, naquele momento, para o projeto do Exército Brasileiro em se aproximar da população local. Entretanto, a troca de comando, ocorrida poucas semanas depois, levou toda a questão à estaca zero e não houve continuidade ao trabalho do comando anterior.

No dia 11 de janeiro de 2012, no auditório do teleférico da Estação Mineira, numa reunião com cerca de sessenta pessoas²¹, o General assume a direção, destaca que “nós nos sentimos parte da comunidade” e dá voz às demandas. As questões levantadas foram: a necessidade de incentivos educacionais, especialmente educação

²⁰ Por outros motivos, de ordem pessoal e administrativa, o Padre acaba se afastando também de suas funções de Chefe do Serviço Religioso.

²¹ Foi a reunião com o maior número de pessoas. Entre os presentes, além dos líderes religiosos e seus fiéis, havia um Capitão da Polícia Militar, e três representantes do ISER –o presidente Hélio Silva, o Secretário Executivo Pedro Strozemberg e a pesquisadora Suelen Guariento-, que ensaiava uma aproximação institucional com o processo. Nota-se, desde já, a ausência do Padre Lindenberg.

profissionalizante e de ensino superior; preparação para o mercado de trabalho; falta de opções de lazer²². Não se falou sobre a segurança. Pedi a palavra e li, resumidamente, o documento que produzi sobre as demandas sociais do Complexo do Alemão.

A reunião se encerra em aberto com um cântico religioso, “Segura na mão de Deus” e uma oração feita por um pastor. Ao fundo, a bandeira do Brasil e o cartaz da Força de Pacificação.

Penso que após este “ápice” e, principalmente, a troca de comando, ocorrida no dia 26 de janeiro, o projeto religioso parece entrar em decadência.

A primeira reunião após a troca de comando aconteceu quatro dias depois, no dia 30, no auditório do teleférico Estação Palmeira, com cerca de trinta e cinco pessoas. O condutor da reunião, e de muitas posteriores, foi o Tenente-Coronel Fernando, evangélico, ex-presidente de uma capela evangélica militar, responsável pela comunicação social. O atual General, Tomás, que também se afirmou católico, jamais se envolveu diretamente nas reuniões.

A reunião assumiu um tom bastante diferente das anteriores, graças principalmente a empolgação “carismática” de Fernando, cujo tom “profético” das falas marcou o trabalho desenvolvido posteriormente, e também seu esvaziamento.

A abertura da reunião com a oração do Pai Nosso se seguiu a sua fala de que iria “falar das coisas referentes ao Reino” e que estaria inspirado pelo Espírito Santo. Valorizou o trabalho religioso da comunidade e pediu mais uma vez inspiração a Deus para a reunião. Chegou a “conclusões”, durante a reunião, que merecem destaque:

Primeiro, quanto ao objetivo dos cristãos: “temos que nos conscientizar da nossa missão como cristãos”. Cita o Evangelho de Mateus 6.36.

Segundo, quanto a sua posição: “Eu sou apenas um instrumento de Deus que foi colocado na Força de Pacificação”.

Terceiro, cita o Evangelho de Mateus 28.19, “ide e fazei discípulos”, e insta aos presentes: “o que vocês estão fazendo aqui no

²² Não se fala da repressão aos bailes funk, que seria uma importante opção de lazer para os jovens. Destaco a pouca simpatia que os religiosos locais têm pelos bailes.

Complexo do Alemão”. “Se primeiro buscarmos o reino e pregarmos o Evangelho, depois virá a paz, a educação, o asfalto”.

Por fim, “convoco aqueles que sentiram no coração a realizarmos grandes mobilizações de oração pública”.

A mudança de tom era evidente. Fernando conclui apresentando a Força de Pacificação como aquela que além da paz cujo título já é sugerido, também traria a divulgação e o suporte a grandes eventos religiosos. As reuniões que tratariam de demandas sociais seriam agora realizadas separadamente, mas os convidados eram os mesmos. Nem todos haviam ainda percebido, mas tudo recomeçava da estaca zero. Houve troca de comando, mas o bastão não fora passado.

Quando os presentes começam a falar a tensão das reuniões anteriores continua. Um Padre critica a falta de unidade e a tentativa de roubar os fiéis uns dos outros, tornando, assim, o povo objeto de arremesso. A crítica, evidentemente, era aos pastores presentes.

Fernando intervém: “O que importa é o reino”

Alguém, que não consegui identificar, retruca: “O que importa é a verdade”.

Fernando responde: “A palavra é literal, não é interpretativa”.

Padre Passos, de uma importante Paróquia na Penha, pede a palavra e não abaixa o tom, solicitando que se pare de “usar a miséria para tirar proveito”. Conclui afirmando: “Não preciso do Estado nem de Associação de Moradores para nada”.

A reunião termina com a oração de um pastor da Assembleia de Deus, num tom de gratidão pela ação de pacificação.

Se o projeto do Exército Brasileiro como promotor de causas sociais na ação de pacificação começa a definhir, parece que o projeto como promotor do Ecumenismo entra numa crise profunda e definitiva.

A reunião seguinte, no dia 02 de fevereiro, estava mais esvaziada, cerca de vinte pessoas presentes. O assunto eram as demandas sociais. Havia representantes da Secretaria de Estado de Governo, da CEDAE, da Justiça Federal e da COMLURB. O projeto maior era de implantação de um gabinete de gestão integrada. A desconfiança do Exército Brasileiro em relação aos líderes comunitários não religiosos continuava de tal forma que este se torna, nesta etapa, pro-

motor do contato entre estes líderes religiosos, trazidos para perto da Força de Pacificação, e autoridades do Estado.

Pouco ou quase nada foi resolvido ou deu algum passo decisivo nesta reunião, e muito pouco nas posteriores.

O esvaziamento progressivo pode ser ilustrado pela reunião do dia 10 de maio. A reunião ocorre na base da Força de Pacificação, em Inhaúma, e conta com no máximo oito religiosos e dez militares. Pela primeira vez, a quantidade de militares supera a quantidade de religiosos. Destes 10 militares, quatro eram capelães protestantes, sendo dois do Exército e dois da Polícia Militar; e um capitão, que não era capelão, mas pastor evangélico. A ausência de católicos, tanto capelães quanto padres ou fieis, mostra que além de um esvaziamento houve também uma “protestantização” do projeto.

Há duas possíveis interpretações para isto. Primeira, desde a saída do Padre Lindenberg e a troca de comando, com o aparecimento da figura protestante do Tenente-Coronel Fernando e do Coronel Xavier, como novo Chefe do Serviço Religioso, a presença e a liderança protestante assumiu o protagonismo e provocou tensões entre os católicos que, por sua vez, foram abandonando o projeto²³. Segundo, o esvaziamento da presença religiosa civil, cada vez mais notável, só fez sobrar alguns poucos protestantes. Entre estes, o sempre presente Mateus, e alguns poucos pastores de igrejas bem pequenas e de pouca representatividade numérica e simbólica na região. Alguns destes, conforme apurei, apesar do título, não faziam parte do corpo oficial de pastores de suas igrejas e não eram lideranças muito reconhecidas nelas e que, possivelmente, viam nestas reuniões uma oportunidade de participação num importante processo que se dava nas suas áreas de ação pastoral.

O propósito da reunião era tratar dos preparativos para um grande evento religioso ecumênico de encerramento da presença do Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Penha. O evento ocorreria no dia 23 de junho. As ideias já vieram prontas e apresentadas aos presentes, que foram consultados. O Capitão Pastor afirma

²³ Conforme soube, os católicos foram convidados, mas não vieram. Conforme apurei, os capelães católicos, entretanto, não foram convidados.

com veemência: “A unidade é um instrumento do governo de Deus. Amém?”

Entre os assuntos discutidos, aproveitando a presença dos capelães da Polícia Militar, foi o medo que a população nutria da Polícia Militar. O Capelão policial pede a palavra e enfatiza que há pressão internacional para que a sua corporação mude a cultura: “Estamos vivendo um novo tempo” e, por fim, conclui dizendo que “o Exército foi João Batista”²⁴.

A oração de encerramento termina com um sonoro: “O Complexo para Jesus!”

O evento ocorre no Campo do Ordem²⁵, com ação social, principalmente voltada para as crianças e encerra-se com o culto ecumênico em ação de graças pela participação do Exército Brasileiro no processo de pacificação do território e sua eminente saída.

À entrada do Campo, a faixa que dizia: “Exército Brasileiro e Comunidade da Penha, juntos, nós construímos um futuro melhor”, um blindado e dez soldados fortemente armados. Outras dezenas deles circulavam pelo evento.

O Coronel Xavier faz a abertura do culto destacando a participação das igrejas cristãs e enfatizando que a segurança é um privilégio dado por Deus.

Um pastor faz a oração de abertura destacando que “Deus está sarando esta terra que há muito tempo está manchada”.

Canta o coral da Igreja de Santo Antônio.

Apenas um padre está presente e é capelão do Exército. Os padres locais não comparecem. Em sua fala, o Padre diz que “nosso legado é a paz”. Usou a Parábola do Filho Pródigo e aplicou-a alegoricamente fazendo do Pai da Parábola o Exército e o Filho, a Comunidade. O legado/herança é a administração da paz. Sua pergunta provocativa foi: “Aquele filho soube usar da liberdade que lhe foi dada?”.

A segunda e última mensagem foi do Pastor Enoque, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, auxiliar do Pastor Silas Mala-

²⁴ Referindo-se à conhecida história bíblica do profeta João Batista que “preparou o caminho do Senhor”, pregando nas regiões que, pouco tempo depois, Jesus de Nazaré pregaria o Reino de Deus.

²⁵ Vasto campo de futebol, não cimentado, localizado na região e aos pés de uma Igreja Católica.

faia²⁶, e capelão da Polícia Militar. A ideia da passagem do bastão fica evidente. Em sua mensagem, em que cita a bem-aventurança dos pacificadores, conclui que “a pacificação é, sobretudo, um projeto de Deus” e que o “Exército Brasileiro veio abençoar o Rio de Janeiro”.

Cerca de vinte e cinco pessoas assistiam, em pé, ao culto, a maior parte delas fiéis dos poucos pastores presentes e envolvidos em alguma participação musical.

Assim termina o projeto religioso do Exército Brasileiro para o Complexo do Alemão.

5 ANÁLISE

Estas reuniões forneciam um interessante painel da ocupação e do tipo de relação estabelecida entre os moradores e o Exército. Também se percebe que algumas das demandas são de caráter muito específico, mas também muito enriquecedoras. Por exemplo, um pastor reclama da altura do som que seus vizinhos escutam durante os cultos dominicais de sua igreja. As músicas, de funk, segundo o pastor, conteriam mensagens sexuais explícitas, palavrões e eram usadas para afrontar os membros da sua comunidade. Tendo avisado ao Exército, uma patrulha teria ido ao local e solicitado que o volume fosse diminuído, mas tão logo ela deixou o local o volume teria sido elevado a uma altura ainda maior. Este pastor cobrava, apoiado por parte da liderança protestante, uma ação mais enérgica e um papel coercitivo mais contundente do Exército nesse tipo de caso. Não bastaria, segundo ele, o pedido formal e educado da autoridade, mas uma ação que se utilizasse da força a fim de solucionar definitivamente a questão.

Assim, o *uso da força coercitiva* se torna um dos temas fundamentais para o debate.

O Exército é uma instituição fundamentada no uso da força para cumprimento de seu propósito de guerra e defesa do território de uma nação. Ele é uma instituição integrante das chamadas Forças Armadas e o significado do termo já diz o bastante. Ele é uma força,

²⁶ Importante liderança evangélica nacional cuja igreja sede que pastorea fica na região da Penha.
137 | Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, n° 2, p.112-154, jul./dez. 2013 ISSN: 2236-6725

ou seja, dotado de poder e do uso legal da violência para sua existência. Sua subordinação é ao Ministério da Defesa, já chamado de Ministério da Guerra. Enquanto uma nação não está em guerra ou não tem seus territórios ameaçados, a sociedade civil espera algum tipo de ação destas instituições que favoreça a comunidade e justifique todo investimento público nelas. Assim, as Forças Armadas envolvem-se em diversos projetos e ações em prol da comunidade e que sejam do interesse da segurança nacional.

Especialmente, após a redemocratização do país, as Forças Armadas, destacadamente o Exército, padecem de uma crise de imagem e legitimidade pública. Não se pode dizer, de uma forma geral, que a população seja, naturalmente, simpática a estas instituições. E, jovens em torno de vinte anos, com pouca formação educacional e experiência de vida, que é o perfil do soldado brasileiro, não são, propriamente, versados em diplomacia diante de conflitos.²⁷

O soldado distancia-se da realidade do morador, que está acostumado a encontrar três tipos de autoridade, que representam três diferentes instituições.

O primeiro é o *policial*, civil ou militar, o representante de uma instituição que possui a pior imagem possível para um morador desta comunidade. O policial, no imaginário do morador do Complexo, é corrupto, violento e não o respeita em sua dignidade. Quase todo jovem ou adolescente do Complexo do Alemão, mesmo que nunca tenha tido qualquer envolvimento com a criminalidade, parece ter algum caso em que levou uma “dura” de policiais, tendo sido humilhado e agredido. O policial, mesmo para quem não se envolve no tráfico, é o inimigo, o outro levado ao extremo, aquele que invade o morro e mata inocentes. Sua autoridade é exercida quase sempre

²⁷ Há uma clara distinção de origem entre os integrantes das Forças Armadas. Dificilmente, no Brasil, são alistados quando completam dezoito anos jovens de classe média ou alta, mas esse espaço parece estar reservado a jovens de origem social mais humilde que veem aqueles poucos anos apoiados por esta instituição como uma oportunidade. As carreiras para oficiais, que exigem concurso público, parecem reservadas, em grande parte, àqueles que podem pagar um curso preparatório ou tiveram acesso a uma boa formação. Assim, nas Forças Armadas, o tipo ideal do soldado é o jovem de origem pobre ou modesta, com pouca formação escolar, e do oficial, o adulto bem formado advindo da classe média ou classe média alta, já que, no geral, as classes mais abastadas não se interessam pela carreira militar. Reconheço, todavia, que esta é uma generalização e há variações em determinadas regiões do país.

de forma arbitrária e violenta. Leite & Machado da Silva (2007) chamaram a atenção o quanto a questão da imprevisibilidade da ação policial, principalmente durante as violentas operações de incursão, é fator importante para se entender o ponto de vista dos favelados. Segundo estes autores, não há uma rejeição à instituição policial em si, mas a um padrão de conduta indiscriminado e belicoso que ultrapassa os limites da atribuição legal do emprego de “força comedida”.

O segundo é o *traficante*, a outra instância de autoridade. Este também é o representante de uma instituição “militarizada” com diferentes e complexos graus de poder e subordinação. Se, entretanto, a visão romântica do traficante como bandido bom que ajuda a comunidade, espécie de Robin Hood da favela, não se sustenta mais, a diferença fundamental dele para o policial é que ele, pensado como um tipo ideal, é “cria” da comunidade, ou seja, foi criado naquele lugar.²⁸ Este traficante conhece a favela e seus moradores e o uso indiscriminado da violência contra os moradores não parece ser aquilo que é procurado. Entretanto, multiplicam-se relatos de expulsão das casas, humilhações, espancamentos, extorsões e abusos sexuais. A proximidade, no entanto, possibilita o estabelecimento de complexas redes de sociabilidade, assistência e troca, que tendem a aproximá-los do cotidiano dos moradores, muitas vezes de forma festiva e amistosa. A mediação de líderes religiosos, líderes comunitários e mães/pais destes jovens recrutados pelo tráfico têm importante papel na redução dos conflitos e da imprevisibilidade da ação.

Uma possível terceira instância de autoridade é a do *pastor evangélico*. De uma forma geral, goza de considerável autonomia em sua atuação religiosa e mantém relações quase sempre amistosas com os traficantes. Por vezes, são capazes de intervir e impedir a execução de pessoas condenadas à morte pelo tráfico, assim como são chamados para fazer orações em situações de guerra, como invasões, e abençoar bailes funk e outras festividades. Em contrapartida, havia uma rede de doações de cestas básicas que eram distribuídas a muitas igrejas evangélicas da favela.

²⁸ Em sua grande maioria, os soldados do tráfico são recrutados na própria comunidade a que pertencem.

O soldado é o outro que ainda não tem um lugar bem definido, nem uma coisa, nem outra, o estrangeiro. O viajante potencial de Simmel (1983), aquele que embora não tenha partido, ainda não superou completamente a liberdade de ir e vir: “Mas sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo (p. 182)”.

O soldado não é “cria” de ninguém. É o elemento externo que, se não traz consigo o peso de negatividade da imagem do policial, representa uma imposição de ordem heterônoma por um Estado negligente. Ele está nas ruas e vielas uniformizado, fortemente armado, e representa, agora, de forma mais próxima o mesmo Estado que o negligenciou e se apresentou diversas vezes como o policial violento.

Esta questão nos traz outra consideração, que é o *tipo de presença armada no território e a forma de ordenamento do espaço e do cotidiano*.

O *tipo de presença armada no território e a forma de ordenamento do espaço e do cotidiano feito pela polícia* é intermitente, porque é estabelecido brutalmente através de incursões por vezes sorrateiras, a fim de conseguir propina por parte dos traficantes, o arrêgo²⁹, por vezes violentas e terrivelmente eficientes em termos bélicos quando coordenada pelo temido BOPE que, ao contrário da popularização como destacamento eficiente e honesto e da produção do ícone da ficção, o Capitão Nascimento, interpretado no cinema pelo ator Wagner Moura no filme *Tropa de Elite* (2007), é acusado pelos moradores de assassinatos, espancamentos e torturas de traficantes e inocentes. É uma ordem violenta, física e simbolicamente, imposta por um Estado que se faz presente principalmente através da demonstração espetacular da força contra o tráfico de drogas. É uma ordem que usa pouco da diplomacia no trato com os moradores, apelando, muitas vezes, para a intimidação, a humilhação e a agressão. Numa entrevista, um morador, em torno dos trinta anos, pai de família e que, segundo conta, jamais se envolveu com o tráfico me disse:

²⁹ “Arrêgo” é o nome dado à propina periódica recebida por policiais e outros agentes do estado por traficantes ou outros agentes da ilegalidade.

“A coisa mais comum para um jovem aqui é levar ‘dura’ da polícia”. Em outros relatos, ouvi que, antes das operações de 2010, era comum que o BOPE entrasse, especialmente na Rua Canitar, suposto Quartel-general do Comado Vermelho, expulsasse e o Comando e preparasse a entrada do Terceiro Comando Puro (TCP), que se estabelecia ainda na presença do BOPE. Após a saída da polícia é que ocorriam os mais violentos confrontos para a retomada do território perdido.

O tipo de presença armada no território e a forma de ordenamento do espaço e do cotidiano feito pelo tráfico segue uma lógica particular, diferente de outros espaços da cidade. Por exemplo, não admite que haja furtos, extorsões ou violência sexual sob seu domínio. Caso haja, o monopólio destas práticas é seu. Leva, comumente, em consideração o status do morador da favela, sua habilidade no futebol, sua respeitabilidade. Funciona como um tribunal de mão única para tratar de disputas e demandas entre os vizinhos. Sua autoridade se fundamenta no uso da força e, principalmente, pela imposição do medo gerado pelos ritos de morte impostos aos transgressores da ordem, os chamados “Suplícios”, a morte antecedida por uma interminável sessão de torturas e crueldades a fim de dramatizar o castigo. Quanto mais terríveis forem os suplícios, mais temidos eles são, mais respeitada é a ordem imposta.

O tipo de presença armada no território e a forma de ordenamento do espaço e do cotidiano feito pelo Exército durante o período de ocupação é uma ordem nova, distante de ser um meio-termo entre as duas ordens que já haviam se estabelecido como cultura local. Por um lado, é legalista como a ordem do tráfico, mas também é comportamental. Houve tentativas de se implantar toque de recolher à noite, que não duraram muito tempo e houve repressão à venda de cigarros e bebidas alcoólicas a menores de idade, assim como ao desrespeito às leis sobre poluição sonora e uso de serviços ilegais no uso da luz elétrica, água e serviços de internet e TV a cabo³⁰. Se a ordem é imposta pelo uso da força, certamente seu uso é mais brando do que o uso pelo traficante e pelo policial, mesmo que tenha havido denúncias de abuso e violência por parte de moradores contra

³⁰ Este apelidado pelos moradores de “Gatonet”.

soldados. Esta nova presença armada produziu incontáveis tensões e incompreensões de ambos os lados quanto à abrangência do uso da força e da extensão desta ordem.

Um evento que não foi noticiado pela imprensa ilustra bem a tensão. Não se sabe com certeza o que precisamente ocorreu. Pode ter sido abuso de autoridade por parte de um soldado contra uma criança, pode ter sido a interpretação equivocada de testemunhas alcoolizadas, ou até uma terceira coisa. Um soldado foi repreender uma criança, em torno de seus sete anos, que foi ao bar comprar cigarro e cerveja para alguém. Os fatos são: uma criança chorando de medo, duas garrafas de cerveja quebradas no chão, e pessoas alcoolizadas intervindo na questão. Este evento gerou um tumulto com dezenas de pessoas, que se transformou numa multidão descontrolada contra um grupo de soldados acudados, que acabaram usando spray de pimenta contra quem estivesse ali, incluindo mulheres e crianças.

Estas três presenças não foram, necessariamente, excludentes. Por vezes e em diferentes estâncias se misturaram e conviveram de forma tensa³¹.

As demonstrações públicas de poder bélico do tráfico e suas “bocas” fixas se foram, todavia o tráfico continua ocorrendo na região, mas de uma forma diferenciada. As “bocas” não são mais fixas, mas itinerantes³². E as armas ainda são portadas pelos traficantes. Na terceira semana do mês de novembro de 2011, a notícia de que havia traficantes portando fuzil em determinada região levou uma patrulha a realizar a verificação da informação. Esta patrulha foi emboscada por traficantes, após confronto, e obrigada a pedir reforço. Na última semana de novembro, na região da Penha, a viatura do general responsável pela ocupação foi atacada com tiros de fuzil. Um soldado foi atingido de raspão e o evento não se tornou uma carnificina porque os traficantes que atiraram se esconderam em um bar repleto de clientes, o que levou os soldados, por ordem do General, a não revidar.

Algumas observações podem ser feitas.

³¹ Nas entrevistas a moradores, escutei relatos de que, durante a ocupação militar, o tráfico ainda matava seus inimigos à faca.

³² Com a chegada da UPP, algumas bocas voltaram a se tornar fixas, como observei diretamente e escutei de moradores.

Primeiro, houve, no início da ocupação, realmente, diminuição da violência na região e não se encontraram mais demonstrações públicas, por parte do tráfico, de poderio e desafio às autoridades do Estado. O Exército atuava firmemente quando recebia denúncias e não evitava o confronto, quando este se fazia necessário. A ocupação, relativamente pacífica, não significou que não houve resistência e a “pacificação” se deu pelo uso contínuo da força pelas tropas de ocupação. Num segundo momento, especialmente nos últimos três meses da ocupação pelo Exército e antes da chegada do BOPE e implantação da UPP houve uma intensificação dos confrontos e das demonstrações, por parte do tráfico, de sua presença armada ainda no local.

Segundo, a relação do Exército com os moradores foi tensa e produziu diversos conflitos, ocasionados por falta de habilidade diplomática de ambos os lados. Houve uma tentativa de aproximação com a comunidade, através de sua equipe de capelania, com os líderes religiosos cristãos da comunidade. Por outro lado, o aspecto mais sombrio dessa relação esteve no grande número de prisões por desacato e seu tratamento através do Código Penal Militar. Um dado importante é o aumento em mais de 40% das prisões no período de pacificação em comparação à época em que a região era dominada por narcotraficantes armados. Esse dado demonstra a pouca habilidade diplomática do Exército Brasileiro em situações de conflito e sua histórica dificuldade em publicizar suas ações de forma transparente. Sua ausência nas audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para tratar da questão do Complexo fortalece este argumento.

Terceiro, a solução apresentada para o problema da segurança não trata a questão de forma estrutural e os outros investimentos sociais necessários para o desenvolvimento da região foram mal começados. O questionado teleférico é um símbolo da forma como o dinheiro público tem sido utilizado, sem priorizar as necessidades e demandas mais urgentes dos moradores.

Quarto, o tráfico não foi abolido da região, mas seu *modus operandi* foi adaptado à nova situação e o seu contínuo fortalecimento após duro golpe tem sido constante, ocasionado um progressivo

retorno do medo e dos conflitos armados com vítimas na região. A recente morte de uma policial da UPP confirma esta hipótese.

Quinto, apenas parte do que acontece na região do Complexo é divulgada, restando às testemunhas oculares o relato de alguns acontecimentos graves envolvendo soldados, os moradores, e os traficantes.

Por fim, há uma ansiedade por parte dos moradores, das representações da sociedade civil e até mesmo do Exército quanto ao futuro da “pacificação” após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora.

Diante de tamanha tensão, o Exército Brasileiro entendeu que a religião seria o melhor caminho para alcançar e se tornar mais simpático à população da comunidade. Para tanto, operacionaliza um verdadeiro projeto religioso. Esta escolha não deixa de ser complexa e produzir outras tensões e questões importantes para análise.

A iniciativa do Exército em se aproximar da religião vendo-a como aliada do projeto de “pacificação” e controle de territórios é a menor das questões. Afinal, como observou Giumbelli (2002), esta noção de “separação” enquanto referência jamais se realizou historicamente e o Estado moderno nunca se desinteressou da religião e a religião, ao reivindicar seus direitos, teve de considerar o Estado.

O desafio de se tentar compreender as complexas relações entre a segurança pública, seja pelo Exército Brasileiro ou pela Polícia Militar, e a religião no Complexo do Alemão, é um convite a uma séria reflexão a respeito de nossos conceitos sobre laicidade e os limites e fronteiras entre a religião e o poder público. Num mesmo olhar ou recorte, além da disputa por espaço, prestígio e reconhecimento, torna-se muito difícil separar aquilo que é religioso, puramente político ou questão de ordem e segurança pública.

Mais que respostas, o Complexo sofisticava nossas perguntas.

O próprio conceito de “sobreposição”, como ato ou efeito de sobrepor, por uma coisa por cima de outra, não se encaixa adequadamente. Nossas divisões cartesianas não dão conta da complexidade observada. Os papéis de agente religioso, agente de segurança pública/militar e liderança comunitária, mais do que se sobrepõem, são vivenciados sem as divisões fronteiriças que, por vezes, exigimos para a análise. Não são engenheiros sociais, mas *bricoleurs* sociais (Lévi-Strauss, 1989).

Não trabalho com a hipótese do risco da captura do poder político pelo poder religioso, manifesto na complementaridade entre o poder divino e o poder das armas, porque na análise admito a impossibilidade de se fazer esta separação. Nossas categorizações sobre laicidade, poder secular, poder religioso, não dão conta da complexidade do que encontramos. Para tanto, renuncio a elas e, se não me encontro capaz de propor outras –que só forçariam a realidade a outro tipo insatisfatório e incompleto de encaixe- e penso encontrar uma configuração particularíssima e um convite irresistível a sofisticar e abrir certas conceituações consagradas pelo uso.

A peculiaridade do que aconteceu no Complexo do Alemão é que mais que uma aliança entre projetos de interesse comum, o Exército construiu, por iniciativa própria, um projeto religioso de ampla escala e ambição triunfalista e convidou certos grupos religiosos a, tutelados por esta iniciativa, participar deste processo. A percepção desta tutela levou ao afastamento de muitos líderes religiosos, principalmente os católicos.

Em certa etapa do processo, este projeto foi encabeçado pelo próprio General responsável pela Força de Pacificação. Assim, certas configurações chamam a atenção:

Um projeto religioso conduzido por iniciativa de uma instituição do Estado. Esta instituição é militar e existe para a guerra e defesa do território nacional. Um General católico a frente de um projeto religioso ecumênico do Estado, via Exército Brasileiro. Um projeto de evangelização e cristianização de um complexo de favelas tendo por iniciativa esta mesma instituição do Estado. O Exército Brasileiro atuando como promotor do ecumenismo e da evangelização cristã.

A desconsideração de outras expressões religiosas é um elemento importante para a análise. Não houve nenhum empenho em incluir outras expressões religiosas no projeto, ainda mais porque o projeto era cristão. Ficaram de fora os espíritas kardecistas, as religiões de matriz africana e outros movimentos religiosos não cristãos. Isso se deve em parte a própria concepção de religião que o Exército Brasileiro apresenta. Parto da hipótese de que para o Exército, reli-

gião aceitável é o Cristianismo³³. Basta notar que somente há capelães cristãos, católicos e evangélicos, em seu corpo de Capelania e, embora haja reconhecimento do Espiritismo Kardecista, inclusive espaços de encontro, não há capelães desta expressão religiosa, nem de religiões de matriz africana. Defendo também a hipótese de que cultos de possessão são de difícil digestão para o ethos militar de controle e domínio do corpo. Até mesmo o Pentecostalismo quando se expressa militarmente, apresenta-se de forma mais contida, sem grandes manifestações extáticas, pelo menos em encontros entre militares.

Não se pode pensar que haja um amplo projeto do Exército para a cristianização do território nacional, nem que sua atuação sempre acompanhe o religioso. A forma como as interações se deram localmente no Complexo do Alemão não autoriza a pensar neste como um projeto em escala maior. A experiência do Haiti, na qual parte daqueles que estiveram no Complexo já havia vivenciado mostra que a ação, seja humanitária ou de controle de territórios, pode prescindir do religioso. Portanto, penso que os agentes podem ter utilizado o aparato institucional para benefício de suas expressões religiosas. O que pode ter ocorrido no Complexo é que indivíduos religiosos, motivados pelo desejo de evangelização e expansão missionária de sua religião, interpretaram os processos de ocupação e “pacificação” do território como algo mais do que uma operação militar de interesse nacional. Viram a “pacificação” além do crime e do controle de território e populações, mas como uma ação que se dá como uma genuína batalha espiritual contras as forças do mal – o crime, a violência, a droga e a prostituição. Estar no Exército e ter à disposição todo um aparato estatal foi visto como uma oportunidade dada por Deus para a expansão do seu Reino e que o Complexo fosse “ganho” para Jesus³⁴.

Estes agentes agiram de forma conjunta com aqueles militares que viam na aproximação com as redes religiosas, de profunda penetração e poder simbólico na região, uma forma segura e eficien-

³³ Curiosamente o nome das tropas que ocuparam o Complexo era Operação Arcanjo.

³⁴ Esta hipótese foi construída a confirmada pelas entrevistas e conversas, especialmente as informais, que fiz com estes mesmos agentes.

te de melhorar sua imagem junto à população local³⁵ e conseguir um melhor controle do território e dessas mesmas populações. Ou seja, que viam a aproximação como uma estratégia política para o sucesso da missão de “pacificação” dos Complexos do Alemão e da Penha. Contudo, não se deve, necessariamente, excluir que, até estes, até onde constatei também eram, de alguma forma, religiosos.

Estes dois tipos de agentes militares, em conjunto com a equipe de Capelania, idealizou e geriu aquilo que chamei de projeto religioso do Exército Brasileiro no Complexo do Alemão, do seu apogeu ao fracasso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, penso que a análise de Foucault (2008) sobre o pastoreio como uma forma de poder característica do ocidente que inspirou a forma de governamentalidade ocidental, pode contribuir para a compreensão dos processos de “pacificação” iniciados no Complexo do Alemão. Para ele, a verdadeira história do pastorado, como uma forma específica de poder sobre os homens, como matriz de procedimentos de governo dos homens, nasce com o Cristianismo³⁶. A pastoral cristã estaria no pano de fundo do nascimento do Estado moderno, quando a governamentalidade se torna uma prática política calculada e refletida.

A arte de governar se desenrola num campo relacional de forças que exige dois grandes conjuntos de tecnologia política, sendo um destes a polícia³⁷. Nessa concepção, a polícia deveria se utilizar de tudo aquilo que integrasse o homem ao Estado, às suas forças, ao desenvolvimento das forças do Estado, e fazer com que o Estado, por sua vez, estimule, determine e oriente essa atividade do homem de modo que seja efetivamente útil ao Estado. Em suma, essa polícia,

³⁵ Especialmente depois da publicização das muitas prisões por desacato.

³⁶ “Primeiro, claro, vai haver, entre o poder pastoral da igreja e o poder político, uma série de interferências, de apoios, de intermediações, toda uma série de conflitos, evidentemente, (...) de modo que o entrecruzamento do poder pastoral e do poder político será efetivamente uma realidade histórica no Ocidente” (p.204)

³⁷ Esta passa a ser compreendida, a partir do século XVII, segundo Foucault, como o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo sua boa ordem. O objeto da polícia seria o bom uso das forças do Estado.

como instrumento de gestão, seria reguladora de todas as formas de coexistência dos homens uns em relação aos outros. Estamos diante do modelo de pastoreio cristão.

Foucault (p. 450) cita Delamare, autor do século XVIII, quanto aos treze domínios de que a polícia deve se ocupar: a religião, os costumes, a saúde e os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, a ciência e as artes liberais, o comércio, as manufaturas e as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos, enfim, o cuidado e a disciplina dos pobres.

O projeto da UPP como policiamento de proximidade, acompanhado da UPP social, programa da Prefeitura do Rio de Janeiro cuja estratégia é “a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades de polícia pacificadora (UPPs). A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios e para isso coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial nesses espaços.”³⁸, representa uma nova forma de relação da polícia com os moradores da região.

Antes da “pacificação”, como apontado anteriormente, o policial era aquele que aparecia sorrateiramente para receber as propinas do tráfico ou violentamente³⁹ para enfrentar o tráfico e “retomar” o território. A relação com os moradores era, ou de distância, ou através de abordagens que incluíam, algumas vezes, humilhações, agressões e outros desrespeitos.

Agora, o modelo de policiamento e relação da polícia/Exército –levando sempre em consideração que a “polícia” é o “policial” que se aproxima- com os moradores e com o território é completamen-

³⁸ <http://www.uppsocial.org/programa/>

³⁹ Especialmente no caso do BOPE.

te distinto de tudo aquilo que o Complexo conheceu. Este soldado/policial- que promove cafés-da-manhã comunitários, que solicita, a seu modo, a escuta das demandas dos moradores, que, pelo menos em termos de proposta institucional, está aberto a receber críticas e tratar o morador como um cidadão, com todas as implicações desta palavra- é um “soldado/policial novo”. É um agente de segurança pública que se aproxima e instaura um modelo de gestão que propõe uma vida melhor para o local.

A UPP social, por sua vez, como é proposta, tem por objetivos: “contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios; efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade.”⁴⁰ No site da UPP Social encontra-se a referência à expressão “vamos combinar” que “significa definir entre o poder público e a comunidade compromissos e responsabilidades compartilhadas. A partir destes combinados, e com um sistema de governança que compatibiliza as demandas de moradores com a oferta de serviços públicos e a capacidade de execução dos órgãos municipais, é possível estabelecer e cumprir metas para ampliar e qualificar a cobertura de serviços na cidade.”⁴¹

Gestão, governança são as expressões/conceitos utilizados e, apesar da UPP Social não ser a polícia e seus gestores e funcionários não serem policiais, chama a atenção seu nome: UPP, Unidade de Polícia Pacificadora... social. São palavras que foram escolhidas e, por isso, carregadas de sentido. Foucault parece certo.

Mais do que resolver o problema da criminalidade ou do tráfico de drogas, a UPP é um projeto político que almeja gerir a vida das pessoas em um determinado território, em áreas muito mais amplas do que a da segurança pública. Empregabilidade, conflitos familiares e entre vizinhos, comércio, educação, saneamento básico, cultura, religião, entre outros. Ela quer integrá-las e adequá-las ao Estado, num verdadeiro “processo civilizador”. Mais do que a força de repressão que antes a caracterizava, a polícia agora se mostra como

⁴⁰ <http://www.uppsocial.org/programa/>

⁴¹ idem

força de gestão, uma gestão pastoral. A UPP demonstra o quanto o poder político é exercido hoje através de uma profusão de inconstantes alianças entre diversas autoridades nos projetos a fim de governar uma multidão de facetas das atividades econômicas, vida social e conduta individual (Rose & Miller, 1992).

Os processos desencadeados no território encaixam-se adequadamente às atividades que Tilly (1985) chamou sob o título geral de violência organizada em sua análise do fazer a guerra e o estado com crime organizado.

Primeiro, *fazer a guerra*: Eliminar ou neutralizar seus próprios rivais fora do território; produção de exércitos, navios e serviços de suporte. Segundo, *fazer o Estado*: Eliminar ou neutralizar seus próprios rivais dentro do território; instrumentos duráveis de vigilância e controle dentro do território; Terceiro, *proteção*: Eliminar ou neutralizar os inimigos de seus clientes; criação de cortes e assembleias representativas; Quarto, *extração*: Adquirir os meios para a realização das 3 atividades anteriores; criação de estruturas fiscais e de contabilidade.

No dia 25 de novembro de 2010, o Ministério da Defesa autoriza o uso de tropas do Exército Brasileiro para o cerco do Complexo do Alemão e a proteção do perímetro que o cerca. Três dias depois, as forças de segurança entram e assumem, em menos de duas horas, o controle do território. Lima (2012) destaca que a Força de Pacificação representou para o Exército Brasileiro, entre outras coisas: o recebimento de recursos orçamentários extras importantes; aquisições de matéria; e adestramento de tropa, de várias partes do país em operações de garantia da lei e da ordem. Assim, faz-se a guerra e produz-se o Exército como ator principal em certo tipo de operação interna ao território, quando há supostas ameaças à soberania do Estado como, nos termos de Weber (2001) e Bourdieu (1996), aquele que monopoliza a violência física e simbólica de forma legítima.

Enquanto ocupava o território, o Exército procurou através de operações de demonstração de força, ocupação de pontos estratégicos e saturação da área de operações com a realização de vasculhamentos e patrulhas a pé e motorizadas sufocar e dificultar a

comunicação e a movimentação do tráfico de drogas. Desenvolveu, também, instrumentos de controle e governo do território através de ações como: apreensão de carros e motos “irregulares”; recolhimento de veículos abandonados; ações educativas nas escolas da região; retirada de animais das ruas; repressão a venda de gás “ilegal” e ao “gatonet”; repressão a motoristas alcoolizados; acionamento de líderes comunitários e a intermediação entre estes e outros agentes públicos. Fez-se, assim, o Estado.

A terceira atividade apontada pelo autor é a da proteção. Eliminar ou neutralizar os inimigos de seus clientes; criação de cortes e assembleias representativas. A presença do Exército e, posteriormente, das UPPs, se, por um lado, mudou o modus operandi do tráfico e proporcionou uma redução nas margens de lucro, por outro, funciona como uma proteção eficaz contra os inimigos externos. O Complexo do Alemão se configurou por décadas como ponto estratégico disputado violentamente pelas três principais facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, com predomínio territorial histórico do Comando Vermelho. Agora, o “movimento” se vê protegido pelos agentes do Estado das invasões rivais. O Estado funciona assim como protetor, desde que possa ocupar o território e estabelecer suas diretrizes de gestão, como a repressão ao porte de armas de guerra e a nova distribuição de mercadorias políticas (Misse, 2007).

O Exército encabeçou, também, a iniciativa de um Gabinete de Gestão Integrada para os Complexos do Alemão e da Penha, além de demonstrar apoio ao Fórum de Desenvolvimento Local. Dentro de seu projeto religioso havia a proposta da criação de comitês locais para “gerir a paz”, liderados, principalmente, pelos religiosos.

Quanto à extração, que seria adquirir os meios para a realização das três atividades anteriores e a criação de estruturas fiscais e de contabilidade, destaco o apoio orçamentário extra que a instituição recebeu para a ocupação, além da aquisição de novos materiais bélicos. Outra questão importante foi a chegada, e o respectivo apoio, de novas empresas privadas às regiões dos Complexos do Alemão e da Penha. Percebendo um mercado de 200 mil pessoas ainda pouco explorado apoiaram as iniciativas dos agentes do Estado com

o objetivo de se estabelecerem no local.

A proximidade e a aprovação das igrejas à UPP e ao Exército Brasileiro, por sua vez, podem estar no fato de que a modelo de gestão é um modelo pastoral, cuja origem é o Cristianismo. Esta proximidade pode ser uma proximidade por identificação de modelos. Seu projeto se harmoniza com o projeto cristão local. A “pacificação” parece ser uma pastoralização cristã, como modelo de gestão de corpos, da segurança pública.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução: Iraci D. Poleti. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari. Uma favela Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: A História Secreta do Crime Organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz, 13ª. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, José Jorge de. *Violência e caos na experiência religiosa*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, Vol.15, nº1, ISER, 1990.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um Antropólogo na Caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- DE L'ESTOILE, B. *Ciência do Homem e Dominação Racional*. In: DE L'ESTOILE, B., NEIBURG, F. e SIGAUD, L. Antropologia, Impérios e Estados Nacionais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003, p. 61-93.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa (O Sistema Totêmico na Austrália)*. Tradução: João Pereira Neto. São Paulo: Paulus, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População: curso dado no*

- Collège de France (1977-1978)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta Volver: Um Estudo Antropológico sobre a Hierarquia Militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- LEITE, Marcia; MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*. Vol.22, nº3, p545-591. 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas, SP, Papirus, 1989.
- LIMA, Carlos Alberto de. *Força de pacificação: os 583 dias da pacificação dos complexos da Penha e do Alemão*. Rio de Janeiro: Agência 2ª comunicação, 2012
- MACHADO, Carly Barboza. *Projetos de Pacificação do Rio de Janeiro: dimensões morais, políticas e religiosas*. Texto apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, no Grupo de Trabalho: GT09 – Antropologia das Moralidades, de 10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003.
- MISSE, Michel. *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas*. Exposição apresentada à mesa redonda: Violência no público e no privado, realizado em 17 de abril de 1995, no IUPERJ, Rio de Janeiro.
- _____. *Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro*. Revista Estudos Avançados. Vol. 21, nº61, p.139-157, 2007.
- ROSE, Nikolas & Peter MILLER. Political Power beyond the State: Problematics of Government. *The British Journal of Sociology*. Vol. 43, nº2, p.173-205, 1992.
- SIMMEL, Georg. *O Estrangeiro*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ed: Ática, 1983.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. A construção social do ex-bandido: um estudo

sobre sujeição criminal e Pentecostalismo. *Dissertação* (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (Eds.), *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p.169-191.

TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pintu e Arno Vogel. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela: Do Mito de Origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Editora Martin Claret Ltda., 2001.

Recebido: 04/02/2013

Aprovado com indicação de alterações: 06/11/2013

Aprovado: 24/11/2013